PLANO SAFRA 2023/2024 PARA ESTIMULAR O CRESCIMENTO DO AGRO

DA REDAÇÃO

O Plano Safra é uma importante ferramenta para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro. Ele ajuda a garantir o acesso ao crédito aos produtores rurais, o que contribui para o aumento da produção e da produtividade. Na sua edição 2023/2024, o Plano prevê um total de R$ 435,8 bilhões em recursos para o crédito rural – um aumento de 27,9% em relação ao anterior. Para este ano, também estão previstas medidas para estimular a produção de grãos e a adoção de tecnologias sustentáveis.

A DEFINIÇÃO do orçamento para financiar a agricultura brasileira requer diversificação nas fontes de recursos. Ao mesmo tempo, são bem-vindas as medidas para fortalecer os sistemas de produção ambientais sustentáveis, com recuperação de pastagens e premiação dos produtores rurais pelas boas práticas agropecuárias.

É importante, também, considerar os efeitos multiplicadores positivos das operações de crédito rural às taxas de juros reais subsidiadas, que são pagas pelo Tesouro Nacional. As decisões dos produtores ficam mais assertivas quando há condições para se comprar e vender na época correta, pagando uma taxa de juros adequada à atividade. Nesse ambiente, o fluxo de negócios desenvolve-se no sentido de melhorar os ganhos dos participantes de toda a cadeia produtiva.

O crescimento da atividade agropecuária brasileira aumenta de forma direta a demanda do crédito rural de custeio, comercialização e investimentos. No entanto, o modelo das tradicionais operações sustentadas por fontes subsidiadas oriundas do governo federal encontra dificuldades crescentes para atender as solicitações das pequenas e médias propriedades. Essa constatação ficou cada vez mais evidente nas últimas safras.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), apresentaram as propostas para o Plano da Safra 2023/2024. De modo geral, as demandas foram contempladas, seja em termos de quantidade ou nas linhas programadas de crédito. As expectativas são de que os financiamentos cheguem com previsibilidade e operem de forma oportuna e tempestiva.

A soma dos recursos programados para a agricultura empresarial e a familiar passou de R$ 340,8 bilhões (Plano Safra 2022/2023) para R$ 435,8 bilhões (Plano Safra 2023/2024) – um aumento de 27,9%. Com taxas de juros menores, os recursos controlados e equalizáveis (subsidiados) ajudam a contrabalancear as taxas de juros sempre superiores dos recursos livres. O *mix* das taxas de juros pode ser negociado em melhores condições.

Na agricultura empresarial, os recursos programados passaram de R$ 287,2 bilhões para R$ 364,2 bilhões (+26,8%). No custeio e na comercialização, com R$ 272,1 bilhões, a taxa de juros anual estabelecida para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) foi de 8,0% e, para os demais produtores, de 12,0%. Nos

CRÉDITOS DAS AGRICULTURAS EMPRESARIAL E FAMILIAR (R$ BILHÕES)

RECURSOS	Plano Safra 2022/2023	Plano Safra 2023/2024	Variação %
(1) Empresarial			
Pronamp*	43,8	61,1	39,7
Demais produtores e cooperativas			
Juros controlados	98,2	125,3	27,5
Juros livres	145,2	177,8	22,5
SUBTOTAL	**287,2**	**364,2**	**26,8**
(2) Familiar	53,6	71,6	33,6
(3) TOTAL (1 + 2)	**340,8**	**435,8**	**27,9**

*Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
Fonte: MAPA

PLANO SAFRA 2023/2024: RECURSOS ANUNCIADOS

AGRICULTURA	Subsidiados (1)	Totais (2)	Participação dos recursos subsidiados (1/2)
Empresarial	R$ 95,0 bilhões	R$ 364,2 bilhões	26,1%
Familiar	R$ 43,0 bilhões	R$ 71,6 bilhões	60,1%
TOTAL	**R$ 138,0 bilhões**	**R$ 435,8 bilhões**	**31,7%**

Fonte: MAPA

investimentos, com R$ 92,1 bilhões, as taxas de juros variaram de 7,0% a 12,5% a.a. conforme o programa.

Na agricultura familiar, os recursos cresceram de R$ 53,6 bilhões para R$ 71,6 bilhões (+33,6%) e a taxa de juros ficou entre 5,0% e 6,0% a.a.

PLANO TRIENAL DOS RECURSOS SUBSIDIADOS

A Portaria nº 695 do Ministério da Fazenda (MF), publicada no Diário Oficial da União em 10 de julho último, autorizou o pagamento de equalização das taxas de juros nos financiamentos rurais concedidos entre 3 de julho de 2023 e 30 de junho de 2024. Os valores a serem equalizados passaram de R$ 115,8 bilhões, na safra 2022/23, para R$ 138,0 bilhões, na safra 2023/24 – um aumento de 19,2%.

Medidas foram adotadas para evitar um esgotamento precoce nos recursos para equalização da taxa de juros subsidiada, como aqueles ocorridos nas safras 2021/22 e 2022/23. As normas passaram a exigir dos agentes financeiros a montagem de um planejamento trimestral. Com isso, os valores da subvenção terão acompanhamento com um maior controle para realizar remanejamentos e evitar suspensão nas linhas de crédito rural ao longo do ciclo de produção. Isso dará continuidade à liberação dos recursos, e, assim, o produtor poderá seguir o cronograma planejado da produção agropecuária ao longo do ano.

A concorrência na distribuição dos limites equalizáveis pressiona as instituições financeiras a reduzirem os custos de captação e os *spreads* (as diferenças entre os juros pagos pelo banco para captar recursos e os juros cobrados para emprestar dinheiro). O total de pedidos para distribuição dos recursos equalizáveis superou R$ 500 bilhões, mostrando a credibilidade desse instrumento.

As contratações dos bancos e das cooperativas estão em fase de liberação, assim como as autorizações para concessão de crédito com taxas de juros equalizáveis (subsidiadas). Entre bancos e cooperativas, a quantidade de participantes na distribuição dos limites equalizáveis do Plano Safra aumentou de 11 para 21 (+91%) do ciclo anterior para o atual. ■

ORÇAMENTO PARA O SEGURO RURAL

As entidades do agro mostram preocupação com o impacto causado pelos eventos climáticos sobre o patrimônio construído durante anos pelos produtores rurais. Nos últimos anos, realça-se a importância do seguro rural na manutenção da agropecuária brasileira e na redução de renegociações de dívidas.

De acordo com a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), as indenizações pagas tiveram um aumento significativo em 2022 quando em comparação a 2021, tendo alcançado R$ 10,5 bilhões (+47,1%).

Neste ano, a CNA solicitou a liberação adicional de R$ 1,00 bilhão para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), cujo orçamento previsto é de R$ 1,06 bilhão. O setor pede que, para o orçamento de 2024, sejam aprovados R$ 3,00 bilhões para a mesma finalidade.

Em 2021, com o orçamento de R$ 1,15 bilhão para o PSR, foram segurados mais de 14,00 milhões de hectares. Já em 2022, com R$ 1,09 bilhão, a área segurada caiu para 7,13 milhões de hectares, devido ao cenário de elevação dos custos de produção e alta sinistralidade. Entre os dois anos, o número de produtores com acesso à política pública caiu 35%.



SHUTTERSTOCK